

Canal Energia – 13/08/2014

Jaguari: ONS defende rápida solução para evitar esvaziamento dos reservatórios

http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Operacao_e_Manutencao.asp?id=102516



Jaguari: ONS defende rápida solução para evitar esvaziamento dos reservatórios

Chipp avalia que questão política atrapalha e que ANA deve chamar para uma reunião ainda nesta semana

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, do Rio de Janeiro, Operação e Manutenção
13/08/2014

A solução para o impasse criado na hidrelétrica de Jaguari, de propriedade da Cesp, que não vem obedecendo aos comandos de operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, deve ser encontrada o mais rápido possível. Hermes Chipp, diretor-geral do ONS, teme que a redução da vazão defluente de 30 m³/s para 10m³/s na hidrelétrica de Jaguari esvazie precocemente os reservatórios das demais usinas do Paraíba do Sul - Paraibuna, Santa Branca e Funil - fazendo com que o volume chegue a zero antes do início do período úmido.

"A medida unilateral da Cesp compromete o abastecimento humano ao longo de todo o Paraíba do Sul, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo", comentou Chipp, acrescentando que a preocupação é com o abastecimento de água para as cidades e não com a geração de energia. O executivo acredita que a Agência Nacional de Águas, que é quem coordena o uso dos recursos hídricos, deverá chamar uma reunião ainda nesta semana com as partes envolvidas.

Chipp admitiu ainda que a politização da questão já está atrapalhando, mas que o bom senso deve predominar para se chegar a um denominador comum. "Se a ANA não conseguir, porque é função dela, o nível da decisão tem que ser levado ao nível máximo, mas a decisão tem que ser tomada o mais rápido possível", destacou o executivo, que participou nesta quarta-feira, 13 de agosto, de fórum promovido pelo Instituto Acende Brasil, no Rio de Janeiro. Segundo ele, o nível máximo seria o dos ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia e até a Presidência da República.

Chipp disse ainda que o ONS não tem a função de punir e que seu dever é enviar um relatório de não conformidade à Aneel, o que já foi feito. "Cabe à Aneel tomar uma decisão, analisando as razões, porque sequer teve uma razão técnica clara colocada à mesa", disse.

A ANA, por sua vez, afirmou que não recebeu nenhuma justificativa dos órgãos gestores estaduais de São Paulo para alterar a operação do reservatório de Jaguari. A agência solicitou ao ONS a apresentação, em cinco dias úteis, dos estudos técnicos e jurídicos que justificaram a decisão de manter a vazão defluente.

Por Carolina Medeiros

Chipp avalia que questão política atrapalha e que ANA deve chamar para uma reunião ainda nesta semana

A solução para o impasse criado na hidrelétrica de Jaguari, de propriedade da Cesp, que não vem obedecendo aos comandos de operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, deve ser encontrada o mais rápido possível. Hermes Chipp, diretor-geral do ONS, teme que a redução da vazão defluente de 30 m³/s para 10m³/s na hidrelétrica de Jaguari esvazie precocemente os reservatórios das demais usinas do Paraíba do Sul - Paraibuna, Santa Branca e Funil - fazendo com que o volume chegue a zero antes do início do período úmido.

"A medida unilateral da Cesp compromete o abastecimento humano ao longo de todo o Paraíba do Sul, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo", comentou Chipp, acrescentando que a preocupação é com o abastecimento de água para as cidades e não com a geração de energia. O executivo acredita que a Agência Nacional de Águas, que é quem coordena o uso dos recursos hídricos, deverá chamar uma reunião ainda nesta semana com as partes envolvidas.

Chipp admitiu ainda que a politização da questão já está atrapalhando, mas que o bom senso deve predominar para se chegar a um denominador comum. "Se a ANA não conseguir, porque é função dela, o nível da decisão tem que ser levado ao nível máximo, mas a decisão tem que ser tomada o mais rápido possível", destacou o executivo, que participou nesta quarta-feira, 13 de agosto, de fórum promovido pelo Instituto Acende Brasil, no Rio de Janeiro. Segundo ele, o nível máximo seria o dos ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia e até a Presidência da República. Chipp disse ainda que o ONS não tem a função de punir e que seu dever é enviar um relatório de não conformidade à Aneel, o que já foi feito. "Cabe à Aneel tomar uma decisão, analisando as razões, porque sequer teve uma razão técnica clara colocada à mesa", disse.

A ANA, por sua vez, afirmou que não recebeu nenhuma justificativa dos órgãos gestores estaduais de São Paulo para alterar a operação do reservatório de Jaguari. A agência solicitou ao ONS a apresentação, em cinco dias úteis, do compromisso no fim do período seco, em novembro, melhorou. A perspectiva é que o nível dos reservatórios no Sudeste estejam em 20%, superior aos 18,5% previstos anteriormente.